



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 4/2009** -----

-----Aos dezasseis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dras. Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, e Dr. José Francisco Tavares Rolo.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, considerar justificada a falta do Sr. Vereador Albano Almeida à presente reunião.-----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 13 de Fevereiro de 2009, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **433.289,00€ (Quatrocentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta e nove euros)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO-----

1.1.1 – PONTOS DE RECOLHA DE PASSAGEIROS NA CIDADE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu-se à criação de pontos de recolha de passageiros dentro da cidade, no âmbito dos transportes colectivos, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre qual o ponto de situação relativamente às reuniões que foram encetadas com a empresa que procede aos transportes públicos de passageiros na cidade de Oliveira do Hospital. ----

-----O Sr. Presidente referiu que foi efectivamente realizada uma reunião com os responsáveis da empresa Joaquim Martins da Fonseca, dando conta de que até à data não apresentaram qualquer proposta para o efeito, pelo que irá fazer uma nova abordagem ao assunto.-----

1.1.2 – DESCARGAS NA REDE DE SANEAMENTO – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----No âmbito da requalificação e criação de novas ETAR's, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu-se a uma notícia veiculada pela comunicação social que dava conta de descargas de efluentes que eram efectuadas pelos serviços da Câmara Municipal na rede de saneamento, existente na Rua do Casal Novo, em Oliveira do Hospital, semanalmente, ou mais do que uma vez na semana, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre qual o motivo dessas descargas, e bem assim se se tratava de situações de rotina ou se eram casos meramente excepcionais. -----

-----O Sr. Presidente referiu desconhecer a situação referenciada pela Sra. Vereadora Maria José Feixinho, pelo que iria saber junto dos serviços o que é que se havia passado em relação a essa situação, uma vez que as indicações que deu foi no sentido de que as descargas de efluentes fossem, preferencialmente, efectuadas na ETAR de Vendas de Gavinhos.-----

-----**1.1.3 – REGULAMENTO DAS FEIRAS MUNICIPAIS - PROPOSTA**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu-se ao ponto 2.1 da Ordem do Dia – Análise e Aprovação do Regulamento das Feiras Municipais, propondo ao Sr. Presidente da Câmara que, à semelhança da criação da segunda feira, a Câmara Municipal analise a possibilidade das Piscinas Municipais e Campos de Ténis poderem também vir a funcionar ao domingo, nomeadamente no que se refere à piscina interior, uma vez que durante o período de Verão já existe essa faculdade para quem frequenta a piscina exterior. Salientou que seria uma forma de associar o comércio à prática desportiva ao domingo dado que muitas pessoas não têm possibilidade de o fazer mesmo ao sábado, quer por razões profissionais, quer porque têm outros afazeres, considerando assim que seria um dia oportuno para desenvolver essa prática. Sugeriu que estas condições fossem efectivamente estudadas pois pelo sabe não é a primeira vez que essa possibilidade é aventada, lembrando que se a umas iniciativas somarmos outras poderão criar-se outros motivos de procura e de concentração de gentes, de maneira a criar outra dinâmica no centro da cidade de Oliveira do Hospital. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que, quer as Piscinas Municipais, quer o Campo de Ténis, já estiveram abertos ao público aos domingos fora do período de Verão, lembrando no entanto que, no que diz respeito à sua utilização, já na altura se verificava apenas a frequência de 3 ou 4 pessoas, pelo que não se justificava ter uma infra-estrutura daquela natureza aberta durante um dia, com custos elevados, para ter um índice de ocupação bastante reduzido. Deu ainda conta que, no caso da Casa da Cultura César Oliveira, a situação é semelhante, referindo que “de acordo com o mapa estatístico de ocupação da Casa da Cultura com Cinema, durante o ano de 2008, a média de espectadores à sexta-feira às 16 horas foi de 16 pessoas”. Disse ainda que “às sextas-feiras às 21h 30m, houve 43 sessões, com uma média de 31,19 espectadores, aos sábados às 21h 30m, houve 33 sessões, com uma média de 28,91 espectadores, ao domingo às 16 horas, houve 12 sessões, com uma média de 20,25 espectadores e ao domingo às 21h 30m, houve 27 sessões, com uma média de 14,89 espectadores. Ou seja, a média de espectadores em todas as sessões, de todos os dias, foi de 25,48 espectadores por sessão. Assim, somando o custo dos filmes, os encargos de energia e da água, e os encargos com pessoal em horas extraordinárias, podem constatar o custo social que assume o Cinema no nosso município. Esta questão pode também ser extrapolada para a piscina coberta. Prosseguiu dando conta do custo social que alguns equipamentos desportivos do Município tiveram no ano de 2008, a saber, Piscinas Municipais com um custo na ordem dos 86.000,00 €, Pavilhão Municipal na ordem dos 32.000,00 € e Estádio Municipal na ordem dos 11.000,00 €. Salientando que “estes dados significam que temos custos sociais muito relevantes com todas estas infra-estruturas. E portanto, temos que, infelizmente, ser radicais, ou seja, quando, minimamente, se justifica ter aberto, quando, minimamente, não se justifica, pura e simplesmente ter de se encerrar”.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu que “obviamente que todos temos a noção de que os equipamentos desportivos culturais e municipais têm custos, quer seja de exploração, quer seja de manutenção, e tudo isso suporta financeiramente para além das pequenas taxas que se paga pela utilização desses serviços. Obviamente, que têm um custo social suportado pela Câmara Municipal, conforme suporta outros custos sociais ou outros investimentos de cariz social. Mas também há sempre a tentação de ver estes investimentos e a disponibilização destes serviços na óptica da despesa. Mas também podemos olhá-los na óptica do investimento. No investimento na saúde, no lazer, na educação para hábitos de cultura que é o investimento na criatividade e no aspecto intelectual das pessoas. Suponho eu que, estes serviços, de uma forma quase natural nunca serão lucrativos e autosustentáveis, e temos a noção disso. Acho que, por mais que reinventemos o modo de prestação destes serviços, há quem o faça por via de constituição de empresas municipais, o que alivia supostamente os custos directamente dos cofres da Câmara, mas depois acaba por fazer o seu financiamento indirectamente. Em suma, estes custos não se podem ver exclusivamente, nem na óptica da despesa, nem na óptica do investimento. Aquilo que se gasta em educação por ano é de facto uma despesa corrente e de capital, nalguns casos, mas de facto é um investimento, embora seja um investimento que tenha a ver com as funções sociais do Município. Agora, há um conjunto de serviços que têm a ver com aquilo que são as conquistas do poder local. A Biblioteca Municipal também é um investimento, ou seja, é um investimento no edifício, no equipamento, no pessoal, na formação do pessoal e ainda no programa de animação do espaço dado que não basta colocar lá os livros para haver uma biblioteca. Agora, dá despesa, mas é um investimento no efeito que a cultura tem na melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas também na melhoria das suas condições pessoais para se afirmarem na vida e construírem os seus projectos. Imagine um concelho que, por absurdo que pareça, e numa lógica de tanto poupar, tanto poupar, deixava de ter isto. Eu pergunto, esse concelho era mais viável social e economicamente, do que um concelho que tem estas despesas todas em saúde, em educação, em apoio social, em lazer, em actividade física, em parques desportivos e por aí fora? Com certeza de que um concelho que ofereça estes serviços todos é muito mais viável social e economicamente, é mais viável do ponto de vista da motivação da população e das pessoas quererem desenvolver a sua vida em condições atractivas, do que um concelho que, por isto ou aquilo ser caro, não o fazem. Por isso é importante facultar esses serviços municipais” -----

-----O Sr. Presidente referiu entender que não é aí que reside o problema, salientando que “o problema está no que já ouvi neste fórum ao Sr. Vereador, mais do que uma vez, ou seja, o que está mal é a mentalidade. Imagine que nós, em vez de termos um Centro de Saúde em Oliveira do Hospital, outro em Tábua e outro em Arganil, possuíssemos um Hospital para servir os três concelhos, era bem melhor do que ter uma Unidade Básica de Saúde, ou outra infra-estrutura semelhante, porque a população destes três concelhos teria aqui um equipamento de salvaguarda e intermédio para que, em situações de urgência, em vez de utilizar diariamente viaturas para deslocação a Coimbra, tivesse aqui um ponto essencial de apoio. E o mesmo se poderia aplicar em relação a outras áreas, no domínio do desporto, da cultura, etc.”. -----

1.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO -----

-----1.2.1 – SORTEIO DE NATAL/ CONCURSO DE MONTRAS/ 2008 -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo lembrou que a Sra. Vereadora Maria José Feixinho na anterior reunião de Executivo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre as condições de desenvolvimento e resultados do Sorteio de Natal que decorreu na cidade de Oliveira do Hospital



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

para animação dos espaços comerciais. Disse ainda que “associado a esse Sorteio de Natal houve também, e foi divulgado, um Concurso de Montras de Natal, que decorreu de 19 a 31 de Dezembro do ano de 2008. Segundo informação que apurei, partindo do respectivo Regulamento, tinha um Júri para analisar as montras em várias categorias, composto por cinco pessoas, e havia três prémios para atribuir. Segundo esse mesmo Regulamento a divulgação dos resultados seria feita a partir do dia 12 de Janeiro de 2009, portanto, já passou mais de um mês sobre essa data. Tenho sido interpelado por vários munícipes e comerciantes quanto ao resultado desse concurso, eu não pretendi dar nenhuma informação directamente, porque não a tinha, não conhecia os resultados desse concurso, mas procurei também na semana passada informação sobre esses resultados e não os encontrei. A informação que eu requeria ao Sr. Presidente da Câmara ou ao Sr. Vereador Paulo Rocha, responsável por este Pelouro e também pela ADI, era que se fizesse o balanço e queria também obter explicações sobre os resultados deste Concurso de Montras de Natal, ou seja, se há resultados finais, se foram divulgados, quando é que pretendem divulgá-los, porque se criou, como é natural, a expectativa junto dos comerciantes, junto dos espaços comerciais e não há resultados. Há uma série de prémios elencados no Regulamento e acontece que as pessoas querem saber dos resultados e nada sabem. Portanto requeria informação sobre esta situação”. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente informou de que foi remetida uma comunicação a cada estabelecimento concorrente com o objectivo de tornar do seu conhecimento os resultados do Concurso de Montras/Natal 2008, referindo que o primeiro classificado foi o estabelecimento “*Blue Jeans*”, o 2º classificado o estabelecimento “*Blue Basic*” e o 3º classificado o pronto a vestir “*Stylus*”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou igualmente sobre se tinha sido feita a divulgação desses resultados através dos órgãos de comunicação social mencionados no respectivo Regulamento, ao que o Sr. Vereador Paulo Rocha informou que a ADI optou por remeter uma comunicação individual a todos os concorrentes a informar dos resultados. -----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha mais referiu não ver qualquer problema em que os resultados do concurso sejam divulgados na Internet, lembrando no entanto que o objectivo é fazer a entrega dos prémios conjuntamente com os prémios do Sorteio de Natal, em que serão convidados a estar presentes os representantes dos órgãos de comunicação social, sendo que na altura todos esses resultados serão difundidos, entendendo assim que o que consta do regulamento acabará por ser cumprido. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu “mas a verdade é que os resultados não foram divulgados publicamente, tal como obrigava o regulamento”. -----

-----**1.2.2 – PROJECTO “OLIVEIRA ON LINE”** -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se ao projecto “*Oliveira On Line*”, sublinhando que, pelo que sabe, está em desenvolvimento com relevante sucesso em termos de registo de utilizadores. Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre “quem é que garante a confidencialidade dos dados e quem é que faz o controle do acesso aos mesmos, e bem assim quem é que tem acesso aos dados do registo”, referindo que “tanto mais que havendo nas regras para utilização um conjunto de indicações relativamente à veiculação de informação, à natureza da informação, aos conteúdos, às questões do uso, e às questões que têm a ver com garantias de autoria da informação. Portanto, quem é que controla a origem dessa informação, ou seja, quem é que faz o “*traking*” da informação, quem é que faz a fiscalização, e se essa fiscalização é feita num regime de confidencialidade e de transparência. Existe alguma Comissão com esse fim? Deixava então esta questão para esclarecimento”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente explicou que todos os registos de utilizadores que chegam por correio são despachados de imediato para o Sr. Engº Sérgio Cruz que é o funcionário responsável pela implementação de todo o sistema. Disse ainda que não lhe interessa controlar nada nem ninguém, esclarecendo que os dados mesmo sendo confidenciais têm que se manter em arquivo para salvaguardar qualquer questão judicial que possa vir a surgir de futuro. Mais referiu que a confidencialidade é total no sistema, a não ser que a Câmara Municipal tenha que informar quem de direito quando solicitada. -----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha explicou que a subscrição dos utilizadores é pública uma vez que chega por diversos meios aos serviços da Câmara Municipal, sendo posteriormente remetida ao Sr. Engº Sérgio Cruz dado que ele é que é o responsável pelo lançamento de todos os dados para que seja emitida a *password* de acesso. Quanto aos acessos esclareceu que é um procedimento controlado exclusivamente pelos funcionários dos serviços de Informática que desenvolvem funções no edifício dos Paços do Município, explicando que, à semelhança do que referiu o Sr. Presidente, necessariamente que a sua gestão e toda a informação relacionada é confidencial e só será fornecida, quando devidamente solicitada por entidades com competência para o efeito – polícia de investigação ou entidades judiciais. Deu ainda conta de que neste momento já existem cerca de 800 registos efectuados. -----

-----**1.2.3 – INSTALAÇÃO DE UM PARQUE EÓLICO EM ALDEIA DAS DEZ**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação relativamente ao desenvolvimento do projecto de instalação de um Parque Eólico na freguesia de Aldeia das Dez, nomeadamente em que fase é que está esse projecto, se há algum avanço da parte da empresa promotora do projecto, se a Câmara tem acompanhado o desenvolvimento desse projecto junto da empresa, ou seja, se a Câmara Municipal tem feito diligências junto da empresa promotora do projecto”. Questionou igualmente o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação relativamente à instalação de uma mini hídrica na zona do Mondego para produção de energia eléctrica, e sobre a qual o Executivo emitiu parecer quanto a um pedido de viabilidade para a sua construção, ou seja, como está esse projecto e se a Câmara Municipal tem acompanhado o seu desenvolvimento.-----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente referiu que “como sempre, a Câmara Municipal existe para colaborar com as empresas a título de informação ou noutro tipo de procedimentos que seja necessário desenvolver, absolutamente dentro da lei, para ajudar a desbloquear dada situação, e não para interferir na gestão privada das empresas”, pelo que, se for solicitada a sua intervenção, em representação da Câmara Municipal, e se assim for possível, actuará em conformidade, lembrando que essa é a sua função e não intrometer-se em matérias de gestão das empresas. Disse ainda que a última informação existente sobre a instalação do Parque Eólico em Aldeia das Dez é o Relatório de Avaliação do Impacto Ambiental que foi presente em reunião de Executivo para conhecimento de todos.- -----

-----**1.2.4 – PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se ao Plano Municipal de Desenvolvimento Social, sublinhando que “por aquilo que percebi o Plano Municipal de Desenvolvimento Social está a ser revisto, em meu entender está a ser revisto há tempo demais. Acho que o documento já devia estar ultimado. Numa lógica de dar algum contributo para esse documento, li uma notícia na comunicação social acerca da autarquia de Figueiró dos Vinhos que editou um Guia Social do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

concelho, onde reúne toda a oferta, todas as respostas sociais do concelho. É um Guia em CD-ROM onde se compila toda a informação relativa às respostas sociais existentes, quer nos serviços do município, quer nas várias freguesias, para divulgação junto da população. Eu creio que, era útil e se justificava, que também se fizesse esse levantamento, que de alguma forma também já existia no anterior Plano de Desenvolvimento Social, e se fizesse também um Guia, em formato de papel, ou em formato digital, ou até no próprio *site* da autarquia, em que a população em geral, qualquer munícipe pudesse perceber em cada freguesia quais são as respostas sociais que existem, e quais são os serviços que o município desenvolve para apoio e protecção social da população, especialmente a população mais fragilizada”. -----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente lembrou que o PNAI – Plano Nacional para a Inclusão foi publicado apenas no final do mês de Outubro de 2008, dando conta de que é com base neste documento que o Município de Oliveira do Hospital está a trabalhar na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Social, razão pela qual este irá de encontro às directivas nacionais. Disse ainda que estão várias pessoas a trabalhar na elaboração deste documento para que, em devido tempo, o executivo também se possa pronunciar sobre o mesmo. Quanto ao Guia Social referiu que Oliveira do Hospital foi, provavelmente, um dos primeiros concelhos a trabalhar este conceito, tendo servido de exemplo para outros municípios, que ainda não dispunham destes elementos. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “o PDS já devia estar revisto há muito. O PNAI é muito posterior. Quanto ao Guia Social nunca vi em lado algum para uso dos munícipes”.--

-----1.2.5 – SUBSÍDIO ATRIBUÍDO À OBRA DE EUGÉNIA GARCIA MONTEIRO DE BRITO DE LAGARES DA BEIRA-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo congratulou-se pelo subsídio atribuído à Obra de Eugénia Garcia Monteiro de Brito de Lagares da Beira, em reunião de 03 de Fevereiro de 2009, para pavimentação de um dos acessos à instituição, salientando que “só mais tarde me apercebi que tinha a ver com o calcetamento de um acesso que liga a instituição à Avenida dos Olivais. Congratulo-me com a atribuição deste subsídio, tanto mais que esta era já uma velha reivindicação e uma velha proposta/ insistência minha, desde o anterior mandato 2001 a 2005. Na altura, quando a instituição era presidida pelo Sr. Padre António Antunes, foram invocados uma série de entraves para não se atribuir o subsídio. Hoje, ou este ano, foi atribuído, congratulo-me por isso, pena foi que demorasse tantos anos até que a pavimentação daquele acesso ficasse resolvido”. -----

-----O Sr. Presidente referiu tratar-se de um assunto sobre o qual não se iria pronunciar. -----

-----1.2.6 – CRIAÇÃO DE UM GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte: -----

-----“Considerando que o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social lançou a medida para a Criação dos Gabinetes de Inserção Profissional, que podem funcionar em autarquias, associações sindicais e empresariais, mas também em outras entidades sem fins lucrativos; Considerando que vão ser criadas 400 unidades para apoio a desempregados em todo o país, 60 delas vão ser criadas na Zona Centro, naturalmente, tenho como normal que o Município de Oliveira do Hospital, a Câmara Municipal, faça uma candidatura para a constituição deste Gabinete que, para além de dar apoio aos desempregados do concelho pode identificar oportunidades de emprego, pode encaminhar a população desempregada para programas de qualificação para formação profissional, pode divulgar medidas de apoio à criação de emprego, pode dar acompanhamento personalizado aos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

desempregados ou pessoas à procura do primeiro emprego, ou seja dar-lhes esse acompanhamento na busca de emprego. Creio que dado o momento que vive o concelho de Oliveira do Hospital, especialmente pela crise ligada ao sector do têxtil que a Câmara Municipal desenvolva precisamente esta candidatura para que seja criada uma estrutura deste tipo, que, para além da função social que cumpre, permitirá criar um posto de trabalho para uma pessoa qualificada, portanto com formação superior”. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que quando o Sr. Vereador José Francisco Rolo desafiou a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital a apresentar uma candidatura com vista à criação do referido gabinete, através de uma missiva publicada num dos órgãos de comunicação social local, já a Câmara Municipal estava a preparar essa mesma candidatura. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “como vê, estou atento às medidas. Já tenho a informação há muito tempo. Entretanto, se fizeram a candidatura, fizeram bem. Se não fizeram, têm a oportunidade de a fazer, porque o prazo ainda está aberto”. -----

-----O Sr. Presidente lembrou que a Câmara Municipal, através da ADESA, teve em funcionamento no concelho a UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Activa, um projecto que, na sua opinião, tinha os mesmos propósitos e efeitos práticos dos agora denominados Gabinetes de Inserção Profissional, pelo que, numa perspectiva de continuidade desse trabalho, que já à data foi considerado positivo, a autarquia irá apresentar novamente uma candidatura com vista à criação do mesmo. Concluiu lembrando que “a Câmara Municipal pode desenvolver muitas acções, menos aquela que é a parte mais importante do problema, ou seja, não pode, para além das necessidades que tem e dos limites legais a que está sujeita, criar emprego, que é aquilo que as pessoas mais precisam”. -----

2 - ORDEM DO DIA -----

-----2.1 - REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS FEIRAS MUNICIPAIS - ANÁLISE E APROVAÇÃO-----

D.A.G.F. /Proc. 41/ DOC.2

-----Considerando que durante o período em que o Projecto de Regulamento acima identificado foi submetido a apreciação pública e a parecer da Associação de Feirantes das Beiras, por ser a entidade representativa do sector com maior expressão no Município de Oliveira do Hospital e da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO, não foram apresentadas quaisquer sugestões sobre o mesmo, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, tendo o Sr. Vereador José Francisco Rolo declarado que, sobre este assunto, mantinha a sua posição transcrita na sua declaração de voto apresentada em reunião de executivo de 23 de Dezembro de 2008, aquando da análise e aprovação do referido Projecto de Regulamento. -----

-----2.2 - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO GIÃO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TARIFAS E TAXAS -----

D.A.G.F./Proc.30

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 26 de Janeiro de 2009, remetida pela Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial da Freguesia de São Gião, apresentada na qualidade de consumidor de água nº 32333:401/11400, com instalação na Rua Direita, 4, lugar e freguesia de São



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Gião, a solicitar que lhe seja concedida isenção do pagamento das tarifas relativas ao consumo de água, com referência às instalações ocupadas com a Casa Mortuária de São Gião.-----

-----**Analizada a mesma, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, não conceder a isenção pretendida, uma vez que por força do contrato de concessão celebrado entre o Município de Oliveira do Hospital e as Águas do Zêzere e Côa, S.A., a Câmara Municipal tem que suportar todos os encargos com o fornecimento de água.**-----

-----**2.3 - MUNICÍPIO DE NELAS - CARNAVAL 2009 – PUBLICIDADE**-----

D.A.G.F./Proc. 47/9

-----Requer autorização para proceder à divulgação, na área do Município de Oliveira do Hospital, do Carnaval/2009, a levar a efeito no concelho de Nelas.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.**-----

-----**Foi igualmente deliberado isentar o Município de Nelas do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artº 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas.**-----

-----**2.4 - FREGUESIA DE ERVEDAL DA BEIRA - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO---**

D.S.T./Proc. 10

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, e de acordo com a informação do Técnico Superior Assessor Principal do DST/ Divisão de Obras Públicas, autorize a colocação de sinal de sentido proibido na Rua do Lameiro, no lugar e freguesia de Ervedal da Beira, deste concelho.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.**-----

-----**2.5 - II CONCURSO LITERÁRIO (2009) - REGULAMENTO - ANÁLISE E APROVAÇÃO**-----

D.A.G.F./DOC.3

-----Tendo sido antecipadamente entregue a todos os membros do Executivo o Regulamento do Concurso acima identificado, a Câmara Municipal sob proposta do Sr. Presidente deliberou, por todos os membros presentes, aprovar o Regulamento do “II Concurso Literário/ 2009”, promovido pela Câmara Municipal e as Bibliotecas Escolares dos Agrupamentos de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, da Cordinha, de Lagares da Beira e do Vale do Alva e da Escola Secundária com 3º CEB de Oliveira do Hospital, que visa fomentar junto dos jovens a adopção de hábitos de leitura e criatividade, uma reflexão sobre os valores da Escrita e da Arte e o seu contributo para o desenvolvimento harmonioso do indivíduo, e que inclui a atribuição de prémios, a saber:-----

----- Os Agrupamentos/ E.S.O.H. atribuirão prémios de carácter didáctico (livros ou CD ROM) aos três melhores trabalhos de cada escalão;-----

----- A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital atribuirá uma “Mini Biblioteca” no valor de 250 euros ao melhor trabalho de cada escalão;-----

----- Os prémios das duas fases de concurso serão entregues na Festa Municipal da Educação.-----

-----Foi igualmente deliberado designar como representantes da Câmara Municipal para Júri do respectivo concurso, a Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes e o Sr. Vereador



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

José Francisco Rolo.-----

2.6 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:-----

A) - AUTARQUIAS:-----

-----A-1) - FREGUESIA DE AVÔ-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Avô, um subsídio no montante de **4.500,00 € (quatro mil e quinhentos euros)**, como apoio à colocação de um gradeamento em *inox*, no caminho de acesso à Ilha do Picoto e bem assim no Miradouro construído no mesmo local, naquela freguesia.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----A-2) - FREGUESIA DE ERVEDAL DA BEIRA-----

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Ervedal da Beira, um subsídio no montante de **4.000,00 € (Quatro mil euros)**, como apoio à aquisição de um prédio rústico, com a área de 1.500 m2, sito à Nossa Senhora, em Ervedal da Beira, a confrontar com a EN 230, a EM 1.312, a Junta de Freguesia e o Cemitério, visando a melhoria do acesso ao cemitério pela porta lateral direita e a criação de um estacionamento de veículos, no referido local.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----A-3) - FREGUESIA DE NOGUEIRA DO CRAVO-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Nogueira do Cravo, um subsídio no montante de **1.500,00 € (Mil e quinhentos euros)**, como comparticipação nos custos com a limpeza do Parque Merendeiro de Senhor das Almas, daquela freguesia.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----A-4) - FREGUESIA DE SÃO GIÃO-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de São Gião, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)**, como comparticipação nos custos com a recolha do lixo doméstico efectuada naquela freguesia.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

B) - INSTITUIÇÕES:-----

-----B-1) - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DO VALE DO COBRAL-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural do Vale do Cobral, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como apoio à aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias, com a salvaguarda de a mesma prestar serviço de transporte à autarquia sempre que se encontre disponível e seja necessário.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----

-----B-2) - CENTRO CULTURAL “OS SERRANOS” – DVD PROMOCIONAL – OPERAÇÃO BOMBEIROS-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 30 de Janeiro de 2009, remetida pela entidade em epígrafe, a solicitar a atribuição de um subsidio como apoio à edição do DVD Promocional – Operação Bombeiros, o qual foi transmitido durante as Festas de Natal e Fim de Ano no canal Português RTP – USA, nos Estados Unidos da América.-----

-----**Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, atribuir ao Centro Cultural “Os Serranos”, um subsídio no montante de 250,00 € (Duzentos e cinquenta euros), como apoio à edição do referido DVD.**---

-----Foi igualmente presente pelo Sr. Presidente um e-mail, enviado pela mesma entidade em 1 de Fevereiro de 2009, a informar de que vai levar a efeito nos dias 27, 28 e 29 de Março do corrente ano, mais uma Festa do Queijo da Serra, em Newark e Danbury, respectivamente, solicitando para o efeito a participação da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital na compra de queijo até ao montante de 750,00 € (Setecentos e cinquenta euros) Convida ainda o Sr. Presidente da Câmara ou um representante a estar presente na referida festa, pagando a quantia de 1.000,00 € (Mil euros) referentes a estadia e alojamento de quinta-feira 27, a segunda-feira dia 30.-----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente referiu não concordar com as condições propostas, tendo a Câmara Municipal deliberado equacionar uma outra forma de apoiar a realização do referido evento.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco sugeriu que como alternativa a Câmara Municipal equacione a possibilidade de, em ligação com Confraria do Queijo Serra da Estrela, a ANCOSE e os seus produtores, enviar alguns queijos e o grande Livro e DVD sobre o Queijo Serra da Estrela, para expôr na referida feira promovendo o produto, o concelho e a região, ao que o Sr. Presidente lembrou que não é isso que a associação em causa pretende.-----

-----B-3) - FILARMÓNICA DE ERVEDAL DA BEIRA-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Filarmónica de Ervedal da Beira, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)**, como apoio à aquisição de uma viatura de 9 lugares, visando o transporte dos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

alunos que residem fora da freguesia de Ervedal da Beira e que frequentam a Escola de Música e Filarmónica Ervedalense, com a salvaguarda de a mesma prestar serviço de transporte à autarquia e às entidades locais, nomeadamente à Sociedade Recreativa Ervedalense, sempre que se encontre disponível e seja necessário. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**B-4) - SOCIEDADE DE DEFESA E PROPAGANDA DE AVÔ**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como apoio à aquisição de uma viatura, com a salvaguarda de a mesma prestar serviço de transporte à autarquia sempre que se encontre disponível e seja necessário. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

2.7 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----**2.7.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./DOC.4

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 4 e 16 de Fevereiro de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

2.8 - OPERAÇÕES URBANÍSTICAS:-----

-----**2.8.1 - OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – MARIA ISABEL DA COSTA TELLES DINIZ CORREIA FREITAS – QUINTA DA COITENA- BOBADELA**-----

D.S.T/PROCº Nº LOT –

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal do projecto de licenciamento de Operação Urbanística, a levar a efeito na Quinta da Coitena, freguesia de Bobadela, apresentado por Maria Isabel da Costa Telles Diniz Correia Freitas, projecto relativamente ao qual irá proferir decisão ao abrigo da competência que lhe foi delegada pela Câmara Municipal. -----

-----Deu igualmente conhecimento das condicionantes de ordem urbanística que irão ser impostas à requerente no âmbito do licenciamento requerido. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.9 - OBRAS MUNICIPAIS:-----

-----**2.9.1 - EMPREITADA DE RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO LAGOS DA BEIRA / ZONA INDUSTRIAL – ADJUDICAÇÃO**-----

D.A.G.F/DOC(s).5 e 6

-----Tendo terminado o prazo de Audiência Prévia, sem qualquer reclamação, a Câmara



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a Acta/ Relatório da Comissão de Análise de Propostas, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, adjudicar a execução da empreitada acima identificada à firma SOCONGO, Lda, pelo valor da sua proposta de 125.190,74 € (Cento e vinte e cinco mil, cento e noventa euros e setenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----Foi igualmente deliberado nos termos do disposto no nº. 1 do artigo 116º do Decreto-Lei nº 59/99, de 02 de Março, na sua actual redacção, aprovar a minuta, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, referente ao contrato da empreitada acima referenciada. -----

-----2.9.2 - ESTACÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTOS DE PINHEIRINHO - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO-----

D.A.G.F

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, proceder ao pagamento de uma indemnização no montante de 675,00 € (Seiscentos e setenta e cinco euros) ao Sr. Dr. José Jacinto Coelho Nobre, residente em Lisboa, pela ocupação de uma parcela de terreno com a área de 135 m², para construção da Estação Elevatória de Esgotos do Pinheirinho. -----

2.9.3 - BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA OLIVEIRA DO HOSPITAL/FELGUEIRA VELHA - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÕES E AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO -

-----2.9.3.1 - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO – MARIA HELENA RAINHO LOPES RODRIGUES-----

D.A.G.F

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, proceder ao pagamento de uma indemnização no montante de 375,00 € (Trezentos e setenta e cinco euros) à Sra. D. Maria Helena Rainho Lopes Rodrigues, residente em Vila Franca da Beira, pela ocupação de uma parcela de terreno com a área de 75 m² para execução da empreitada de “Beneficiação da Estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha”. -----

-----2.9.3.2 - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO – ANTÓNIO PAIS GARCIA-----

D.A.G.F

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, proceder ao pagamento de uma indemnização no montante de 300,00 € (Trezentos euros) ao Sr. António Pais Garcia, residente em Vila Franca da Beira, pela ocupação de uma parcela de terreno com a área de 40 m², bem como pelo arranque de videiras e pedrões, para execução da empreitada de “Beneficiação da Estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha”. -----

-----2.9.3.3 - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO – CAROLINA MARQUES ESTEVES-----

D.A.G.F

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, proceder ao pagamento de uma indemnização no montante de 150,00 € (Cento e cinquenta euros) à Sra. D. Carolina Marques Esteves, residente em Vila Franca da Beira, pela ocupação de uma parcela de terreno com a área de 30 m² para execução da empreitada de “Beneficiação da Estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**2.9.3.4 - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO – DELFINA ESTEVES DOS SANTOS**
D.A.G.F

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, proceder ao pagamento de uma indemnização no montante de 175,00 € (Cento e setenta e cinco euros) à Sra. D. Delfina Esteves dos Santos, residente em Coimbra, pela ocupação de uma parcela de terreno com a área de 25 m², bem como pelo arranque de uma oliveira, para execução da empreitada de “Beneficiação da Estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha”.-----

-----**2.9.3.5 - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO – MARIA ISABEL GOUVEIA RIBEIRO**-----

D.A.G.F

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, proceder ao pagamento de uma indemnização no montante de 325,00 € (Trezentos e vinte e cinco euros) à Sra. D. Maria Isabel Gouveia Ribeiro, residente em Vila Franca da Beira, pela ocupação de uma parcela de terreno com a área de 65 m² para execução da empreitada de “Beneficiação da Estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha”.-----

-----**2.9.3.6 - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO – PHILIP BORGES**-----

D.A.G.F

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, proceder ao pagamento de uma indemnização no montante de 500,00 € (Quinhentos euros) ao Sr. Philip Borges, residente nos Estados Unidos da América, pela ocupação de uma parcela de terreno com a área de 100 m² para execução da empreitada de “Beneficiação da Estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha”.-----

-----**2.9.3.7 - AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO – MARIA OTÍLIA ESTEVES GOUVEIA GIL**-----

D.A.G.F

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, proceder à aquisição, pelo preço de 2.300,00 € (Dois mil e trezentos euros), a Maria Otília Esteves Gouveia Gil, casada com Eduardo Fernandes Gil Gouveia, residente no lugar e freguesia de Ervedal da Beira, da parcela de terreno a seguir identificada, a incluir no domínio público municipal, destinada à execução da empreitada de “Beneficiação da Estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha”:-----

----- Parcela de terreno com a área de quatrocentos e sessenta metros quadrados (460 m²), sita ao lugar de Vales, freguesia de Ervedal da Beira, a desanexar do prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Ervedal da Beira sob o artigo 5.497.-----

-----**2.9.3.8 – PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO – LUÍS MANUEL D’ARGENT DE ALBUQUERQUE**-----

D.A.G.F

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, proceder ao pagamento de uma indemnização no montante de 150,00 € (Cento e cinquenta euros) ao Sr. Luís Manuel D’Argent de Albuquerque, residente em Lisboa, pela entrada da empresa ” Socongo – Sociedade de Construções Gouveias, Lda.”, adjudicatária da empreitada “Beneficiação da Estrada Oliveira do Hospital/ Felgueira Velha, na parcela de terreno com a área de 205 m², sem que ainda houvesse autorização do proprietário.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente explicou ainda as razões que levaram à entrada da empresa no referido terreno sem qualquer autorização do respectivo proprietário, esclarecendo que a Câmara Municipal enviou de imediato um ofício ao Sr. Luís Manuel Albuquerque a reprovar a entrada no terreno sem a sua autorização, esclarecendo-o de que “não é esse o procedimento da Câmara Municipal relativamente a quem quer que seja”, e que por norma a autarquia só actua depois de uma negociação ou de uma autorização verbal, ofício este que o mesmo se recusou a receber, tendo sido posteriormente devolvido à Câmara Municipal. Mais referiu que após ter efectuado nova tentativa de contacto via telefone com aquele, o mesmo se mostrou mais uma vez desinteressado em resolver a situação, referindo que se tratava de um assunto a tratar com o seu advogado. Mais informou que na sequência de tudo disto foi apresentada uma queixa-crime na GNR contra desconhecidos. Disse ainda que entretanto já dialogou sobre o assunto com a advogada do Sr. Luís Manuel, tendo-lhe explicado quais os critérios utilizados pela Câmara Municipal em situações de aquisição de terrenos. Concluiu referindo que, entretanto a Câmara Municipal já apresentou ao proprietário uma proposta de aquisição dos 205m² de terreno por 5,00 € (Cinco euros) por metro quadrado e de, atendendo à situação que ocorreu, atribuição de uma indemnização no valor de 150,00 € (Cento e cinquenta euros), pela entrada no terreno, sem autorização, pelo empreiteiro adjudicatário, sendo que, a resposta obtida por parte da representante do proprietário é de que o preço proposto não tinha sequer base para negociação, alegando que noutros municípios, em situações idênticas, a prática de preços era muito diferente. Mais referiu que após alguma insistência por parte da Câmara Municipal nunca foi feito por parte daquela qualquer referência a preços, sendo que, entretanto já respondeu a dar conta de que aceitavam a indemnização proposta, mas que, uma vez que ainda não tinham sido pagos iriam avançar com a queixa para outras instâncias. Disse igualmente que, em face da deliberação ora tomada pela Câmara Municipal, irá entrar em contacto com o proprietário ou com a sua representante, e que caso não se obtenha qualquer resposta por parte destes, é da opinião que a Câmara Municipal deverá avançar para um processo de expropriação, lembrando no entanto que prefere maus acordos a boas expropriações. Deu ainda conhecimento à Câmara Municipal de uma outra queixa-crime apresentada por uma advogada na GNR, relativamente a outra situação que ocorreu também em Ervedal da Beira. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte “a sensação que dá, pelos relatos que fez, é de que vai andar aí de queixa em queixa, na GNR ou no Tribunal, ou seja, estas situações vão-se repetir e a obra parece que não vai ficar de acordo o previsto. Daqui para a frente a Câmara Municipal tem que acautelar estas situações, se não, há-de ter sempre problemas com a concretização de obras públicas”, ao que o Sr. Presidente referiu que só não há queixas se os serviços da Câmara Municipal estiverem parados, e que, infelizmente, apesar de sempre ter dado instruções claras e precisas a este nível, no sentido de não se intervir em propriedade privada sem que exista autorização para o efeito por parte do(s) proprietário(s), por vezes estas situações acontecem, citando a título de exemplo a abertura/beneficiação de caminhos florestais, em que por força da dimensão da máquina *bulldozer* e da largura dos caminhos é quase inevitável, por muito cuidado que exista, a ocorrência de algumas situações desta natureza. -----

2.10 – ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

-----2.10.1 - ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A./RESISTRELA, S.A. - MODELO DE PARCERIA PARA A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS -----

D.A.G.F

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião da Águas do Zêzere e Côa, S.A., que teve lugar no passado dia 11 de Fevereiro do corrente ano, na



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

sede daquela empresa, com vista à apresentação do novo modelo de gestão dos serviços de água e saneamento que tem vindo a ser desenvolvido pela AdP – Águas de Portugal, no âmbito do PEAASAR II (2007-2013), e que contou com a presença do Engº Pedro Serra, Presidente do Grupo AdP. Mais informou que, de acordo com o que foi referido pelo Sr. Presidente da Águas de Portugal, para que a Águas do Zêzere e Côa, ou eventualmente uma nova empresa a criar para esse efeito, se venha a responsabilizar pelo Sistema em Baixa, o tarifário médio a aplicar na área de intervenção do sistema multimunicipal do Zêzere e Côa será de 4, 07 € (Quatro euros e sete centimos) por metro cúbico, valor este que foi considerado impraticável por todos os Municípios presentes na referida reunião, dada a realidade do território. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**2.10.2 - CÂMARA DISTRITAL DE CANTAGALO, REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**-----

D.A.G.F/ Proc. 53/4

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 29 de Janeiro de 2009, remetida pela Câmara Distrital de Cantagalo, da Republica Democrática de São Tomé e Príncipe, a solicitar o envio dos seguintes materiais e produtos: -----

-----Utensílios: machins, limas, enxadas, ganchos, pás, picaretas, carrinhos de mão, gadanhas, etc. -----

-----Produtos para a agricultura: cal, sulfato de cobre, raticidas; -----

-----Utensílios de Pesca: fios de nylon (várias espessuras), anzóis de vários tamanhos, pano-cru, bóiam, etc. -----

-----Material escolar, livros, baldes de tintas plásticas, tecidos diversos mormente lisos, etc. -----

-----Analisado o assunto, e tendo-se verificado que o mesmo pedido também foi enviado aos Municípios de Mação e Santo Tirso, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, entrar em contacto com os Municípios acima identificados a fim de averiguar da disponibilidade destes para o envio do referido material partilhando para o efeito o mesmo contentor, tendo em vista a redução de custos na remessa do solicitado. -----

-----**2.10.3 - II FESTIVAL INFANTIL DA CANÇÃO (2009) - REGULAMENTO – ENTREGA CONCURSO DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS RECICLADOS TOCA A RECICLAR - REGULAMENTO – ENTREGA**-----

D.A.G.F.

-----O Sr. Presidente entregou aos Senhores Vereadores um exemplar dos Regulamentos referentes ao “II Festival Infantil da Canção/ 2009”, e do “Concurso de Instrumentos Musicais Reciclados Toca a Reciclar”, respectivamente, tendo em vista a sua análise e posterior aprovação. ---

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**2.10.4 - ESTATÍSTICA CINEMA - ANO DE 2008**-----

D.A.G.F/ DOC.7

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o mapa estatístico do Cinema, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, referente às sessões realizadas durante o ano de 2008. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**2.10.5 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F/ DOC.8



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 03 e 15 de Fevereiro de 2009 e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

3 - OUTROS ASSUNTOS-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia o seguinte assunto: -----

3.1 - RATIFICAÇÃO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL CATRAIENSE -----

D.A.G.F./Proc. 69/4/DOC.9

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu Despacho, datado de 12 de Fevereiro de 2009, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, que isentou a Associação Recreativa Cultural Catraíense, do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento da prova desportiva de todo-o-terreno – 4º Passeio Rota da Água - que teve lugar no passado dia 15 de Fevereiro do ano em curso, na área do Município de Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----

3.2 – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NOGUEIRENSE – CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ENCARGOS FINANCEIROS DECORRENTES DA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Desportiva Nogueirense, um subsídio no montante de **10.000,00 € (Dez mil euros)**, a título de comparticipação nos custos com os encargos financeiros decorrentes da contracção de um empréstimo de 200.000,00 €, correspondente à diferença entre o valor pago pela autarquia na data de outorga do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo tendo em vista a implantação de um relvado sintético, respectiva vedação e construção de uma bancada no Estádio de Santo António, em Nogueira do Cravo e o apoio máximo a conceder pela autarquia, de 400.000,0 €. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

4 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES-----

4.1 – VEREADOR PAULO ROCHA-----

4.1.1 – UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL – ESTATÍSTICA/ ANO DE 2008-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F/ DOC.10

-----Foi presente pelo Sr. Vereador Paulo Rocha o mapa estatístico referente à utilização do Pavilhão Desportivo Municipal durante o ano de 2008, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4.2 – VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES -----

4.2.1 – RECOLHA SELECTIVA DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

D.A.G.F/ DOC.11

-----Foi presente pela Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes o mapa referente aos circuitos de recolha selectiva efectuados pela empresa CESP, no âmbito da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, no concelho de Oliveira do Hospital, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas e quarenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----



REUNIÃO ORDINÁRIA DE
16 DE FEVEREIRO DE
2009

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 16 de Fevereiro de 2009-----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
16 DE FEVEREIRO DE
2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**